

Premio Interamericano a la Innovación para la Gestión Pública Efectiva - Edición 2017

User Information

Name:	Anonymous	Email:	N/A
Location:	N/A	Company:	N/A
Position:	N/A	IP Address:	189.91.218.194
Started:	07/27/2017 3:00 PM	Completed:	07/28/2017 9:20 AM
Time Spent:	1 days, 18 hours, 1100 minutes, 65986 seconds, 65986000 milliseconds	Custom 1:	N/A
Custom 2:	N/A	Custom 3:	N/A

Estado Miembro Postulante:

Brasil

Institución Pública Postulante:

Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco

Nombre de la Experiencia Innovadora:

Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas

Tiempo de implementación de la Experiencia Innovadora:

7 anos

Categoría a la que postula:

Innovación en la Coordinación Institucional

En este apartado, se requiere hacer una presentación resumida de la Experiencia Innovadora:

O Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas, criado a partir das enchentes devastadoras ocorridas em Pernambuco em junho/2010, é uma política pública voltada para minimizar os efeitos de enchentes e preparar as cidades da Mata Sul de Pernambuco para enfrentamento de situações de emergência, recorrentes nessa região do Estado. Tem a finalidade de melhorar a coordenação institucional, integrando os esforços dos diversos segmentos envolvidos no atendimento às vítimas da tragédia, na mitigação dos danos causados pelas chuvas, na reestruturação das condições de habitabilidade dos municípios e na prevenção de fatalidades. Para operacionalizá-lo, foi criado um Plano de Ação que contemplou, em onze eixos, mais de 1.500 atividades, distribuídas entre diversos agentes, internos e externos ao Governo, e um Manual de Procedimentos e Práticas, chamado Manual da Operação Reconstrução, guia de referência visando dar condições à máquina pública para combater emergências semelhantes, com menos danos e prejuízos. Um dos elementos característicos dessa iniciativa é a governança. A gestão do Programa está sendo exercida, desde 2010, por um Comitê Gestor, que vem tomando decisões e acompanhando a execução das ações emergenciais, de curto, de médio e de longo prazo, através de sistemática formal de monitoramento. Fazem parte também dessa estrutura de governança, o Gabinete de Gerenciamento de Crises - GCRISES e os Escritórios Locais do Governo Estadual, instalados, respectivamente, durante a emergência, no Palácio do Governo e nos municípios mais afetados, com

a função de garantir a implementação das ações contidas no Manual.

Um evento climático de proporções semelhantes ocorreu em maio de 2017. Em sete anos de implantação desse Programa, várias obras e intervenções foram realizadas pelo Estado, melhorando a infraestrutura da Mata Sul e a preparando para uma nova ocorrência. Com isso, foi possível minimizar os danos e retornar os municípios atingidos à normalidade mais rapidamente.

Información de contacto Nombre de la Entidad postulante:

Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco

Dirección y teléfono:

Rua da Aurora, 1377 – Santo Amaro – Recife /PE – Brasil CEP: 50040-090 - Telefone: +55 81 31823800 - Fax: +55 81 31823858

Página web:

www.seplag.pe.gov.br

E-mail:

mauriciocruz.seplag@gmail.com

Nivel Administrativo de la Entidad:

Nivel Estadual - Regional

Naturaleza Administrativa de la Entidad:

Ministerio, Secretaría

1. Resumen Ejecutivo: En esta sección se pide exponer en detalle la experiencia innovadora. Por favor, facilite que corrobore y dé más elementos sobre la iniciativa

A experiência inovadora é o Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas, conjunto de iniciativas que articula atores distintos, públicos e privados, no enfrentamento a emergências redundantes de cheias e enxurradas, recorrentes na Mata Sul do Estado de Pernambuco. Esse conjunto de ações está consubstanciado em um Manual, codificado como um guia de referência rápida, que abrange iniciativas não só relativas ao enfrentamento da emergência, mas também ao pós-emergência, como as necessárias para a recuperação da infraestrutura atingida, revitalização das atividades econômicas prejudicadas e prevenção de fatalidades, quando da repetição de fenômenos naturais da mesma intensidade.

O Manual está estruturado em 11 Eixos e suas principais ações visam: Monitoramento Hidrometeorológico; Estruturação do Gabinete de Gerenciamento de Crises - GCRISES; Ações de Salvamento e Resgate; Implantação da Operação Assistência; Estruturação do Apoio da Sociedade Civil; Limpeza das cidades; Estruturação da Assistência Social; Implantação da Operação Reconstrução; Estruturação das Ações Legais; Transparência e Divulgação das Informações; e Implantação da Operação Saúde.

A operacionalização do Manual é dada pelo Plano de Ação da Operação Reconstrução, com a designação de responsáveis pela execução do que foi planejado e prazos para consecução dos objetivos. A execução das ações desse Plano é monitorada pari-passu por um Comitê Gestor, presidido pelo Governador, que recebe periodicamente informes sobre o andamento das ações e atua na resolução de eventuais problemas.

A execução das ações do Programa, após a catástrofe de 2010 trouxe, tanto emergencialmente quanto ao longo do tempo, resultados concretos para o Estado e para as populações atingidas. No escopo do Programa, em sete anos, foram aplicados cerca de R\$ 2,02 bilhões na implantação das ações planejadas, destacando-se a construção da Barragem de Serro Azul, principal obra de prevenção de novas enchentes. Foram construídas e entregues 12.131 casas às famílias atingidas em 2010, 5 hospitais e 21 escolas nos municípios atingidos. Foram também recuperadas 71 pontes e

281.365 m² de vias urbanas e restaurados 63,13 km de rodovias e 1.323 km de estradas vicinais. Foi também dragado o Rio Una e revitalizada a orla fluvial de Palmares com a retirada de ambulantes da margem do rio. Além disso, foi criada a Rede Estadual de Monitoramento Hidrometeorológico, para possibilitar a antecipação da ação do Estado, quando necessária.

Mais que isso, o Manual originado do Programa foi utilizado como material de referência para o combate à catástrofe semelhante ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro nos primeiros dias de 2011. Foi utilizado também, em 2012, como uma das referências para a formulação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, do Governo Federal.

Em virtude dos investimentos realizados pelo Estado no escopo do Programa, a Mata Sul foi sendo preparada, desde 2011, para o enfrentamento de uma ocorrência de mesma natureza. De fato, em 2017, chuvas tão intensas quanto às de 2010, castigaram a região causando problemas significativos. Contudo, os danos contabilizados foram menores, ressaltando-se a queda do número de óbitos em face da pronta aplicação pelo Estado do Programa e de seu Manual.

2. Antecedentes: Describa la situación inicial que se pretendió fortalecer y/o mejorar anterior a la implementación de la experiencia innovadora.

Data de 1632 o primeiro registro de enchentes em Pernambuco. No passado recente noticiaram-se seguidas cheias graves, sempre com grandes perdas, a exemplo das cheias intensas registradas nos anos de 2000, 2004 e 2005, que provocaram diversos óbitos, ainda que as chuvas tenham sido anunciadas com alguma antecedência pelos serviços de meteorologia. Contudo, apesar da recorrência dos fenômenos climáticos, as autoridades governamentais de então não estruturaram um conjunto de ações interligadas e intervenções planejadas para mitigação dos efeitos desses desastres naturais.

Em 17/junho/2010 ocorreram as piores enchentes até então registradas na região, devido a um fenômeno climático que provocou uma enorme enxurrada que atingiu cidades ribeirinhas, e chuvas que normalmente caíam em 20 dias ocorrendo em algumas horas. No dia 18, foi montado na Sede do Governo o GCRISES, para uma rápida articulação dos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo atendimento à população, para a prestação dos primeiros socorros e para a orientação das ações de remoção e salvamento.

O fenômeno provocou um quadro de grande destruição. Vinte pessoas perderam suas vidas. Após o desastre, o Governo do Estado decretou situação de emergência em 30 cidades e estado de calamidade em outras 12. Contabilizou-se um saldo de 26.966 desabrigados, 56.643 desalojados, 16.862 habitações destruídas ou danificadas, 27 escolas destruídas e outras 376 danificadas, 09 municípios isolados, 4.478 km de estradas comprometidas, 71 pontes danificadas, 05 hospitais e 85 postos de saúde inutilizados.

As ocorrências periódicas desses eventos faziam pressupor que, naturalmente, outros fenômenos dessa natureza aconteceriam ciclicamente em Pernambuco no futuro, com provável incidência de óbitos e de perdas materiais. Isso motivou a estruturação de um Programa capaz de preparar o Estado para o enfrentamento dessas ocorrências e de mitigar seus efeitos, abrangendo ações de prevenção, de atendimento a emergências e de reconstrução de infraestrutura após a ocorrência de enchentes.

3. Vinculación de la Experiencia Innovadora con la Categoría Seleccionada: Por favor, explique la relación existente entre la Experiencia Innovadora y la Categoría seleccionada en forma breve y concisa

A experiência postulada relaciona-se com a categoria selecionada na medida em que o Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas congrega um conjunto de ações integradas, executadas por atores distintos, tanto públicos, de diferentes esferas de governo (estadual, municipal e federal), quanto privados (empresas e pessoas físicas) e do Terceiro Setor (ONG's, grupos comunitários, associações de classe, etc.).

Primordialmente a Coordenação Intrainstitucional é exercida por um Comitê Gestor, presidido pelo Governador, composto por cinco Secretarias Estaduais (Secretaria da Casa Militar - CAMIL, Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos - SRHE, Secretaria de Transportes - SETRA, Secretaria das Cidades - SECID e Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG), que gerencia a montagem e o funcionamento do Gabinete de Gerenciamento de Crises - GCRISES, estruturado de forma centralizada no Palácio do Governo congregando 15 Secretarias, o que garante rapidez na tomada de decisões.

Ao determinar que fossem montados Escritórios de Gestão Local nos 22 principais municípios afetados, tanto em 2010, quanto em 2017, o Programa atentou para a Coordenação Interinstitucional, na medida em que as equipes desses Escritórios Locais trabalham para interligar as ações do Estado previstas no Manual da Operação Reconstrução com ações complementares, a serem executadas por outros Entes Estatais, tanto dos municípios quanto do Governo Federal.

Por fim, ao articular e coordenar as ações de Entidades do Terceiro Setor, de Voluntários e de Órgãos de Fomento e Financiamento, principalmente com a oferta de doativos para as vítimas e de apoio financeiro para as etapas de atendimento emergencial e de reconstrução, o Programa trabalha a

Coordenação Transinstitucional, buscando, através da atuação centralizada do GCRISES, a complementaridade das iniciativas do Estado com as dos Voluntários e as das mais de 30 instituições externas ao Poder Público normalmente mobilizadas para enfrentamento às emergências.

4.a.1 ¿Quién ideó la Experiencia Innovadora?: - Informe de Consultoría- Propuesta Política- Funcionarios de la misma entidad

Devido à complexidade do problema enfrentado, à abrangência geográfica das iniciativas a serem implementadas, ao grande número de pessoas envolvidas na execução das ações, às especificidades de cada município e ao tempo de execução de cada tarefa, foi criado inicialmente, em 2010, pelo Governo de Pernambuco, o Programa de Combate a Situações de Emergência e Calamidade Pública, com ações voltadas para salvamento, resgate e assistência à população atingida, tendo sido introduzido no Plano Plurianual Estadual, tornando-se Política Pública.

A SEPLAG, instituição que coordenou o GCRISES, idealizou o Programa com pessoal próprio, e entendeu também ser necessária a formalização de um Plano de Ação que o complementasse, visando a inter-relacionar, articular e controlar a execução de atividades emergenciais, de curto, de médio e de longo prazo, distribuídas entre diversos agentes, internos e externos ao Governo, para mitigação dos efeitos das chuvas ocorridas no Estado em junho de 2010 e para a reconstrução da infraestrutura atingida.

Em fevereiro/2011, na lógica desse Programa, a SEPLAG desenvolveu um Manual de Procedimentos e Práticas, documento interno denominado Manual da Operação Reconstrução, guia de referência visando preparar a máquina pública para combater emergências semelhantes, com menos danos, prejuízos e fatalidades.

Iniciadas, em 2012, as ações voltadas para a recuperação da infraestrutura, construção de habitações, iniciativas de prevenção a novos acidentes, o escopo do Programa foi expandido, e passou a chamar-se Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas, sendo, a partir daí, supervisionado pela CAMIL.

Por fim, concluídas as ações de recuperação de infraestrutura, a construção e entrega de habitações e barragens, obras que ainda estão em andamento, passaram a ser supervisionadas pela Assessoria Especial do Governador - AESP. Tais ações estão sendo monitoradas junto ao elenco de Metas Prioritárias do Governo, pelo Comitê Gestor, via internet, através do sistema Painel de Controle.

4.a.2 Describa los elementos que hacen que la Experiencia Innovadora en gestión pública de su entidad sea innovadora:

O que torna esse Programa uma experiência inovadora é o fato do enfrentamento dessa catástrofe estar sendo realizado, desde o seu primeiro momento, considerando as técnicas da Gestão Pública, através de um Programa aderente à metodologia adotada em Pernambuco desde 2008, que possibilita ao Estado operacionalizar seus Objetivos Estratégicos, Programas e Ações de acordo com um Modelo Integrado de Gestão com Foco em Resultados, no qual as políticas públicas são estruturadas segundo o conceito do Ciclo de Gestão: Formulação; Implementação; Monitoramento e Avaliação são fases distintas e sucessivas de qualquer Política Pública.

Na etapa Formulação da Política Pública, o Manual da Operação Reconstrução foi formalmente estruturado com ações a serem realizadas, não só relativas ao enfrentamento da emergência, mas também concernentes ao pós-emergência.

Para garantir a Implementação do planejado, são constituídos um Comitê Gestor e um Gabinete de Gerenciamento de Crises - GCRISES, coordenados diretamente pelo Governador, integrados por secretarias estaduais que articulam providências, acompanham a execução das ações emergenciais, de assistência e de reconstrução. Para operacionalizar o Programa, são criados, temporariamente, Escritórios de Gestão Local nos municípios mais afetados.

A sistemática específica de Monitoramento do Programa, presidida pelo Governador e operacionalizada pela SEPLAG, codifica um Plano de Ação com cronogramas para cada atividade. A SEPLAG executa o acompanhamento físico e financeiro das iniciativas e a repactuação anual de metas desse Plano, trabalhando na resolução de problemas e minimizando incidências de inoperâncias e atrasos.

Por fim, para trabalhar a Avaliação, é desenvolvido um conjunto de indicadores para o Programa, que é mensurado pela SEPLAG e analisado periodicamente pelo Comitê Gestor, influenciando na priorização anual de ações a serem implementadas.

Outra inovação presente no Programa são as ferramentas e práticas utilizadas para a articulação com os atores internos e externos ao governo para o atendimento às populações atingidas pela ocorrência.

4.a.3 ¿Existieron algunos antecedentes de la experiencia innovadora, sea en la misma entidad u otra?:

Mesmo que no início dos anos 2000 houvessem sido implementados no Estado programas que

lançaram nas Organizações do Poder Executivo as bases para a gestão voltada para resultados, com iniciativas de uso de ferramentas de gestão para os órgãos da administração, ainda se carecia de uma visão estratégica que desse alinhamento às diversas ações experimentadas. O elo entre essas iniciativas seria construído a partir de 2007, quando o governo se propôs a estabelecer o Modelo de Gestão Todos por Pernambuco como uma estratégia central, envolvendo e orientando o corpo da administração pública estadual em sua totalidade.

Antes do Modelo de Gestão, os esforços de enfrentamento a emergências oriundas de eventos climáticos não eram formalmente estruturados. Assim, para cheias intensas que foram registradas nos anos de 2000, 2004 e 2005, não foram formalizados processos e práticas que significassem uma política pública capaz de enfrentar a emergência e desenvolver um Programa para enfrentamento dessas ocorrências.

Assim, em 2010, foi estruturado pelo Estado de Pernambuco, de forma inédita, o Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas como uma Política Pública, aderente ao Modelo de Gestão em uso.

Em outros pontos do país, entre 2000 e 2010, foram registrados desastres naturais semelhantes. Não se teve notícias da estruturação de programas que abarcassem, em uma mesma lógica de planejamento, ações emergenciais, de curto, de médio e de longo prazo, e uma sistemática de monitoramento e acompanhamento constante.

Registra-se que a PNPDEC foi instituída como Lei apenas em abril/2012. Somente então, em nível federal, estruturou-se de maneira completa os princípios, os objetivos e instrumentos de como a gestão de riscos e a gestão de desastres devem ser implementadas no Brasil, com o propósito de assegurar condições sociais, econômicas e ambientais adequadas para garantir a dignidade da população e a promoção do desenvolvimento sustentável.

4.b.1 ¿Cómo la iniciativa beneficia a la población objetivo? Por favor, indicar datos comparativos:

A implantação do Programa possibilitou que, na ocorrência de novo desastre natural em Pernambuco, o Estado estivesse mais preparado para enfrentá-lo. Em 2017, as consequências dessas enchentes foram menores para um volume de chuvas semelhante, pois durante sete anos foram aplicados recursos do Estado na implementação das ações planejadas, destacando-se a construção da Barragem de Serro Azul, que sozinho foi responsável por amenizar os efeitos das enchentes e conter 50% do volume de água recebido nas cidades ribeirinhas. Se em 2010 foram contabilizados 27 mil desabrigados, em 2017 contaram-se pouco mais de 3 mil. Em 2010 registraram-se 20 óbitos, e em 2017, apenas 5. Mais de 16 mil habitações foram destruídas ou danificadas em 2010, e em 2017, esse número somou apenas 5 mil.

Além da diminuição dos impactos imediatos para a população, a aplicação das ações preventivas, tais como a criação e equipagem da Agência Pernambucana de Águas e Climas (APAC) e o monitoramento constante do nível dos rios, permitiram que os alertas sobre a iminência de enchentes e enxurradas fossem emitidos à população com mais precisão, antecedência e clareza, possibilitando a evacuação rápida das áreas de risco.

As obras de reconstrução da infraestrutura executadas pelo Estado depois de 2010, como a construção e recuperação de muros de arrimo, de bueiros e passagens molhadas, de pontes e rodovias de acesso às cidades e de estradas vicinais, possibilitaram que as ações de resgate, salvamento e assistência humanitária fossem desenvolvidas em 2017 com mais rapidez e eficácia. Por fim, os recursos investidos na construção de mais de 12 mil unidades habitacionais, em 18 municípios, no escopo do Plano de Ação, todas edificadas em empreendimentos imobiliários de cota mais elevada do que as anteriormente existentes, em áreas especialmente desapropriadas pelo Estado, possibilitou que menos pessoas fossem atingidas pelas enchentes.

4.b.2 ¿Cuenta con indicadores cualitativos y cuantitativos que muestren beneficios prácticos de los ciudadanos? Por favor, mencionarlas:

No escopo do Programa, além dos indicadores de processo ligados à execução física e financeira das ações nele contidas (status de ações por responsável /status de ações por Secretaria), 26 indicadores de resultado foram definidos para serem acompanhados em todas as fases do Plano.

Os principais indicadores são: Número de municípios afetados e população total atingida; Quantidade de veículos empregados e pessoas envolvidas nas ações de salvamento e resgate; Número de óbitos; Pessoas e Entidades envolvidas no GCRISES e nos Escritórios de Gestão Local; Voluntários envolvidos no Programa; Quantitativo de itens doados pela população e distribuídos pelo Estado como ajuda humanitária (cestas básicas e de pronto consumo / kits dormitório, de higiene pessoal e de limpeza de casas / metros de lonas plásticas / água mineral / roupas); Equipamentos públicos danificados; Abrigamento emergencial e provisório (número de abrigos estruturados / pessoas abrigadas e desalojadas); Número de casas total ou parcialmente destruídas; Número de famílias cadastradas para novas moradias; Construção de habitações (valores empregados / número de moradias

construídas / número de moradias em construção / número de moradias entregues); Números sobre recuperação e restauração da infraestrutura dos municípios (pontes / km de estradas vicinais / metros de vias urbanas / bueiros e passagens molhadas / etc.); Construção de Barragens (valores liquidados / status das obras / recursos recebidos do Governo Federal); Total de recursos empregados na Operação (assistência emergencial / reconstrução da infraestrutura / estradas / saúde / educação / construção de casas / barragens).

A sistemática de coleta de dados para cálculo desses indicadores utiliza dados primários que são apurados, durante a fase emergencial, diretamente nos municípios, pelos Escritórios de Gestão Local, por meio de formulários padronizados, remetidos eletronicamente para consolidação pelo GCRISES. Posteriormente, são coletados e consolidados pela própria SEPLAG, que os encaminham para avaliação do Comitê Gestor.

4.b.3 ¿La iniciativa innovadora ha beneficiado también a otras poblaciones, comunidades no-objetivos? Por favor, explique:

Além da população da Mata Sul, a implantação do Programa beneficiou outros segmentos do Estado, tanto diretamente, com a adoção de novos procedimentos para enfrentamento de desastres, quanto indiretamente, com a adoção de políticas que facilitam a recuperação da atividade econômica após a ocorrência de situações de emergência.

Em julho/2010, no escopo do Programa, foi negociada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a liberação de R\$ 1 bilhão para revitalização da economia dos municípios afetados. A partir dessa experiência, foi criada pelo Banco uma nova modalidade de operação financeira para eventos dessa natureza, na forma de linha de crédito para que os empresários das áreas atingidas possam contratar financiamento, em condições favoráveis, para recomposição dos estoques e infraestruturas de suas empresas, não só através da rede bancária oficial, mas também por meio dos bancos privados.

O acúmulo das experiências com a implantação das ações do Programa possibilitou também à Defesa Civil de Pernambuco – CODECIPE, a codificação do Manual Técnico de Defesa Civil para Resposta a Desastres no Âmbito do Estado (Decreto nº 38.253/2012), que passou a ser utilizado como padrão de atuação em outros tipos de eventos e emergências, beneficiando toda a população do Estado.

Outro efeito derivado foi a criação de Lei que instituiu o Fundo Especial de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública, vinculado à CAMIL, visando assegurar prontidão nas ações de resposta em áreas afetadas por desastres e o rápido restabelecimento da situação de normalidade. Por fim, o Manual da Operação Reconstrução, originado a partir do Programa, foi base para a definição de ações empregadas no combate à catástrofe semelhante ocorrida no Rio de Janeiro, nos primeiros dias de 2011. Foi utilizado também como uma das referências para a montagem da PNPDEC, no ano de 2012.

4.c.1 ¿Por qué la Experiencia Innovadora de su Entidad es suceptible de ser replicada por otras entidades?:

Para enfrentamento de desastres naturais e para recuperação de áreas afetadas por esses fenômenos, a existência de um Programa que forneça um Manual de procedimentos e Práticas que tenham sido implantadas com sucesso e que tenham auferido resultados positivos na recuperação das áreas afetadas após o desastre, pode se tornar um guia de referência rápida para Entes públicos que precisem de orientações e soluções imediatas para enfrentamento desses eventos.

Por ter sido codificado de maneira simples e direta, elencando sequência de ações e possibilitando, através de um Plano de Ação, o controle do orçamento e da execução por responsável e prazo, pode ser facilmente replicado por qualquer Ente Estatal, com adaptações mínimas. Além disso, as sistemáticas e procedimentos já implantados de monitoramento da execução do Plano e os indicadores a ele associados constituem uma solução completa para os Agentes que demandem sua implantação.

O Programa, o Manual da Operação Reconstrução dele derivado e o Plano de Ação tiveram sua eficácia comprovada em situações reais. Aplicados com sucesso após as enchentes de 2010, sete anos depois foram novamente implementados para combate a um evento semelhante em Pernambuco, desta feita por outras equipes de governo, conferindo agilidade ao enfrentamento da situação de emergência. De fato, em 2017, como consequência da adoção dessa solução, um número muito menor de vítimas foi contabilizado no Estado, os prejuízos materiais foram menos intensos e a retomada da normalidade nas áreas atingidas foi mais rápida.

4.c.2 ¿Qué elementos centrales y/o requisitos deberían ser considerados para que la experiencia innovadora pueda ser replicada en otras entidades/países?:

Inicialmente, é importante garantir que o Programa contenha iniciativas que não apenas atendam à emergência, mas que avancem na direção da reconstrução da infraestrutura e na implantação de

medidas que previnam a ocorrência de novos desastres. É fundamental atentar para que as ações sejam corretamente atribuídas aos Órgãos responsáveis pela sua execução, abarcando diversos atores, contendo ações de responsabilidade do Estado, de outros Entes Estatais, do Terceiro Setor e de Voluntários, e que para essas ações sejam determinados prazos para execução.

Recursos orçamentários suficientes para execução das ações são essenciais, sendo imprescindível a edição de Decretos e Leis que provejam, em caráter emergencial, o fluxo desses recursos para as iniciativas e que desburocratizem o acesso a eles.

É essencial a montagem da estrutura de governança, formada por um Comitê Gestor, para coordenação geral, preferencialmente comandado pelo mandatário maior do Estado, e por um Gabinete de Gerenciamento de Crise composto por representantes dos segmentos envolvidos na execução das ações e pelas Secretarias Estaduais responsáveis por atividades de apoio. Nos municípios atingidos, é fundamental a montagem de Escritórios de Gestão Local, compostos por equipes da Defesa Civil e de Órgãos do Estado, que coordenem os diversos atores responsáveis pela execução das ações emergenciais e de curto prazo, em sintonia com as equipes das Prefeituras. Na sequência, recomenda-se a sistematização de um fluxo contínuo de informações entre Escritórios Locais e o Gabinete Central, com formulários padronizados e procedimentos para atualização diária de dados, e de um fluxo de comunicação do Poder Público para a Sociedade, garantindo a transparência e a accountability. Ainda nesse raciocínio, é essencial a montagem de uma sistemática de monitoramento, presidida pelo chefe do executivo, com reuniões periódicas de acompanhamento da realização das ações previstas, para destravamento de gargalos, análise de indicadores e avaliação da eficácia das ações executadas.

4.d.1 Presupuesto General de toda la Entidad y Presupuesto de la experiencia innovadora postulante¿Se ejecutó todo el Presupuesto?:

O orçamento do Poder Executivo de Pernambuco, considerando todas as despesas (pessoal, juros, custeio, etc.), de janeiro/2010 a junho/2017, somou R\$ 190,14 bilhões. No mesmo período, foram alocados R\$ 2,02 bilhões nesse Programa, representando 1,06% de todo o orçamento do Estado. Nesses sete anos, o estado realizou investimentos públicos, em todas as áreas, que somaram R\$ 17,4 bilhões. Constata-se, assim, que a iniciativa carrou 11,6% de todos os investimentos públicos de Pernambuco no período.

Nem todo o orçamento do Programa foi executado. Dos R\$ 2,02 bilhões assegurados, foram efetivamente utilizados R\$ 1,96 bilhões. A diferença foi registrada principalmente nos recursos destinados a recuperação de estradas, em virtude de dificuldades na execução dos contratos de obras e serviços.

Além desses R\$ 2,02 bilhões, outros R\$ 759,52 milhões foram alocados no Programa diretamente pelo orçamento do Governo Federal, no mesmo período, através do Programa Minha Casa Minha Vida, para edificação de empreendimentos imobiliários com 15 mil moradias para os afetados pelas cheias de 2010, em terrenos adquiridos pelo Estado. Desses recursos, foi efetivamente liquidado o montante de R\$ 662,78 milhões, com a construção de cerca de 12 mil residências.

Contudo, é importante ressaltar que, devido à crise econômica que afetou o país a partir de 2014, não foi repassado pela União, um montante significativo de recursos destinados ao Programa. De um total de R\$ 411 milhões inicialmente pactuados, somente R\$ 88,5 milhões chegaram às contas de Pernambuco. Esses recursos seriam destinados à construção de barragens, e a sua não integralização fez com que quatro das cinco obras não fossem concluídas.

Com as chuvas de 2017, o orçamento do Programa foi emergencialmente reforçado com recursos da ordem de R\$ 42 milhões, em recursos próprios e do Governo Federal para assistência emergencial às populações atingidas.

4.d.2 Número de personas de la Entidad y Número de las personas involucradas en la Experiencia Innovadora postulante:

Com o desastre natural de 2010, 1.512 pessoas do Poder Executivo Estadual foram diretamente mobilizadas para combate à emergência, sejam militares ou servidores civis, tanto no GCRISES quanto nos Escritórios Locais. Além desses, outros 4.090 voluntários foram envolvidos, prestando serviços diretamente em 10 municípios. Foram empregados também 558 militares das Forças Armadas, tanto no Hospital de Campanha em Palmares, quanto na montagem e distribuição de donativos para as cidades atingidas.

Ainda que cerca de 1% do total dos 132.179 servidores do Estado tenham sido envolvidos diretamente com a execução do Programa, não há como definir quantos atuaram indiretamente ao longo dos seus sete anos.

Já em 2017, todo efetivo do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Polícia Militar foi convocado e permaneceu em alerta para apoio aos municípios atingidos. Foram empregados de imediato 200 militares, diariamente, para ações de salvamento e resgate e ações assistenciais no período de 28/05 até 27/06/2017. Outros 400 policiais compuseram a Operação de Rondas Ostensivas de Caráter

Extraordinário, alocados na cidade de Palmares, com a missão de garantir a segurança das áreas atingidas.

Na montagem do GCRISES e dos Escritórios de Gestão Local em 22 cidades, participaram 250 pessoas. Outros 70 servidores da Secretaria de Saúde foram mobilizadas para visitação e assistência nos municípios. Além disso, foram alocados 110 militares das Forças Armadas para o Hospital de Campanha montado em Rio Formoso. Outras 5 equipes de Engenheiros e Assistentes Sociais da Secretaria de Habitação, da CAMIL e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, compostas por 14 pessoas cada, foram empregadas para cadastramento daqueles que tiveram suas habitações total ou parcialmente destruidas.

Por ainda estarem mobilizadas equipes para assistência a alguns municípios que permanecem em estado de atenção, não há como determinar com exatidão quantos servidores envolveram-se em 2017 com a execução do Programa.

4.d.3 Si pudiera dar una opinión sobre el costo-beneficio de la aplicación de la Experiencia Innovadora,  dir  Ud. que es positiva?:

Podemos inferir que, com as a es implantadas durante o período de operacionalização do Programa, o Estado preparou-se eficientemente para uma nova ocorrência de enchentes na Mata Sul, que quando aconteceram em 2017, deixaram danos e prejuízos de menor intensidade. A rela o custo/benefício da implementa o da experiência inovadora que se postula foi, por isso, positiva. O Banco Mundial, em documento publicado em 2012, também classificou o Programa como "positivo dada a rápida a o do Estado". Nesse documento, o órgão estimou que as perdas e danos contabilizados no desastre de 2010 somaram R\$ 3,4 bilhões. Mas os R\$ 2,02 bilhões de investimentos realizados, durante sete anos, no escopo do Programa desenvolvido a partir dessa ocorrência, possibilitaram ao Estado se fazer presente nos municípios, realizando obras que recuperaram a infraestrutura e prepararam as cidades para enfrentar, de maneira mais estruturada, ocorrências de mesma natureza.

Em 2017, quando da repeti o das enchentes de mesma intensidade na Mata Sul, com a implanta o das a es contidas no Manual da Opera o Reconstru o, foram contabilizados 75% menos óbitos, 89% menos desabrigados e 69% menos casas destruidas e danificadas, graças às a es realizadas. A cria o da Rede de Monitoramento Hidrometeorológico e a aquisi o de radar e de sensores possibilitaram também que, no evento de 2017, os alarmes fossem emitidos com maior antecedência e que mais pessoas fossem retiradas preventivamente das áreas de risco. As opera es de limpeza das cidades e atendimento emergencial foram realizadas de maneira mais rápida e efetiva. Devido aos investimentos realizados em recupera o de estradas, em 2017 nenhum município ficou isolado, enquanto que no evento de 2010, dez cidades tiveram seus acessos interrompidos durante oito dias. Mas o maior benefício, esse imensurável, da aplica o desse Programa, foi o fato de mais vidas terem sido salvas quando da ocorrência da segunda ocorrência climática.

4.e.1 Para facilitar la implementación de la iniciativa,  se han desarrollado mecanismos de coordinación con otras entidades?  En que consisten esos mecanismos?:

Para integrar e coordenar a es a serem executadas por atores distintos, tanto públicos, de diferentes esferas de governo, quanto privados e do terceiro setor, foi criado, através da Lei 14.105/2010, o Gabinete de Gerenciamento de Crises – GCRISES, presidido pelo Governador e coordenado pela SEPLAG, com a função de gerenciar as a es nos municípios atingidos, consolidar informa es e gerar relatórios técnicos e gerenciais diários, auxiliando o controle da situa o e a tomada de decisões. Em junho/2010, o GCRISES articulou a realiza o de visitas do Presidente da República e de Ministros do Governo Federal aos locais atingidos, para que conhecessem os efeitos da emergência e encaminhassem a es previstas no Programa, visando   reconstru o da infraestrutura da Mata Sul. Para promover a coordena o das a es dos diversos atores e o acompanhamento das entregas, foi estruturado um Plano de A o, codificado em planilha Excel, e diversos formulários padronizados para troca de informa es com o GCRISES. O Plano facilitou a integra o e articula o institucional, ao criar uma rotina de monitoramento das a es, coordenada pela SEPLAG, com as entidades internas e externas ao governo e seus responsáveis, que funciona até hoje.

Como facilitador dos processos de constru o de habita es pelas entidades públicas, foi criado um Comitê para Análise de Projetos, com representantes da Caixa Econ mica Federal, Companhia Estadual de Habita o e Obras, Agência Estadual de Meio Ambiente, Companhia Energética de Pernambuco e Companhia Pernambucana de Saneamento.

Em 2017, com a nova ocorrência, todos os mecanismos, ferramentas e instrumentos de coordena o com outras entidades foram novamente utilizados, tais como o preconizado no Manual, codificado em 2011. Contudo, os trabalhos foram enormemente facilitados pelo uso do aplicativo Whatsapp, que possibilitou um melhor gerenciamento das equipes e o exercício de uma melhor governança, com a troca de mensagens, fotos e áudios em tempo real.

4.e.2 ¿Existe un reconocimiento legal de la experiencia que la haga obligatoria en el tiempo?:

Logo após as ações de salvamento e resgate que ocorreram durante as cheias de 2010, o governo desenvolveu um mecanismo legal, ainda vigente, que molda a ação do Estado em caso de novas ocorrências. Assim, em julho de 2010, instituiu o Programa Estadual de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública através da Lei 14.105, que visa à implementação de medidas destinadas à restauração da normalidade em municípios declarados em "situação de emergência" ou "calamidade pública" e à reconstrução de áreas afetadas. Além disso, o Decreto Estadual 35.255/2010 determina que, em casos de situações anormais como "estado de calamidade pública" ou "situação de emergência", sejam instituídos os Escritórios de Gestão Local e o GCRISES. Em dezembro de 2011, por meio da Lei 14.532, o escopo do Programa Estadual de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública foi ampliado, passando a abarcar também desenvolvimento de projetos estruturantes de prevenção para novas enchentes e secas, sustentabilidade hídrica e revitalização de bacias. Assim, foi renomeado para Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas e foi inserido na revisão do PPA de janeiro de 2012. Além do Programa e de seu arcabouço legal, foram desenvolvidos um Manual de Procedimentos e Práticas chamado de Manual da Operação Reconstrução, guia de referência visando preparar a máquina pública para o combate à emergência semelhante, e um Plano de Ação, ferramenta de planejamento e monitoramento das ações do Manual. Ainda em 2012, foi codificado o Manual Técnico de Defesa Civil para Resposta a Desastres no Âmbito do Estado de Pernambuco, implementado através do Decreto 38.253, de junho, beneficiando toda a população do Estado. Em 2015, com a edição da Lei 15.703, o Programa foi renovado no PPA estadual válido para o período de 2016 a 2019, no Objetivo Estratégico Recursos Hídricos e Saneamento.

4.e.3 Número de administraciones que han implementado la política pública propuesta:

O Estado de Pernambuco desenvolveu, desde 2007, uma cultura de planejamento e gestão que molda o desenvolvimento de seus Programas e Ações: a abordagem da Gestão Pública com Foco em Resultados, que visa ao planejamento das políticas públicas como estratégias de Estado e não de Governo. Assim, as Políticas Estruturantes e os Projetos Prioritários, que atendem aos Objetivos Estratégicos do Estado e que trazem benefícios concretos à população, normalmente perpassam mandatos sem serem descontinuadas, na medida em que venham obtendo os resultados delas esperados. Dessa forma, por ser tratado como Política Pública Estruturante, o Programa alvo dessa postulação, criado em 2010, até hoje está em vigor, perpassando a terceira gestão do Estado. Essa Política Pública, o seu arcabouço legal e o Programa Estadual de Combate a Situações de Emergência e Calamidade Pública foram criados no primeiro mandato do Governador Eduardo Campos (2007 a 2010). No segundo mandato do Governador Eduardo Campos (2011 a 2014), a Política Pública foi aprimorada, com a edição do Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas. E no Governo Paulo Câmara (2015 a 2018), mandatário atual do Estado, essa Política tem sido ampliada, com o acréscimo ao Programa do foco na expansão da infraestrutura para prevenção de novas ocorrências e na preparação a máquina pública para o combate a emergências semelhantes. Contribui também para a longevidade do Programa como Política Pública Estruturante, o fato de ter sido, desde a sua gênese, formalmente codificado na legislação estadual através de Leis e Decretos, só podendo deixar de ser aplicada pelos governantes em caso de revogação desses instrumentos legais.

4.e.4 Número de años con Presupuesto asegurado (precisar horizontes temporales a 1, 5, 10 años) y origen del Presupuesto (Público o Privado):

Quando da ocorrência das chuvas em 2010 e imediatamente após a instituição do GCRISES, foi aberto no Orçamento do Estado o Programa Estadual de Combate a Situações de Emergência e Calamidade Pública, criado por crédito extraordinário, para possibilitar a arrecadação de recursos e a execução de despesas. Esse Programa foi financiado pelas seguintes fontes: Recursos do Fundo Especial de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública – FECSEC, criado através da Lei nº 14.105/2010, Recursos de Convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Defesa Civil e Fontes de Receita Própria do Estado. Esse Programa foi renomeado em 2012 para Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas. A Sociedade Civil Organizada também contribuiu com recursos para esse Programa. A ONG Tribunal Solidário, abriu uma conta corrente com a finalidade de arrecadar recursos doados por pessoas físicas ou jurídicas.

De 2010 a 2017, esses Programas tiveram seu orçamento anualmente assegurado, com alocação total de recursos suficientes para a realização de ações de assistência emergencial (R\$ 150,45 milhões), reconstrução de infraestrutura (R\$ 685,83 milhões), recuperação de estradas (R\$ 72,48 milhões), recuperação da infraestrutura de saúde (R\$ 64,81 milhões), recuperação da infraestrutura da educação (R\$ 99,84 milhões), desapropriação e terraplanagem de terrenos para construção de habitações (R\$ 325,87 milhões), prevenção de novas ocorrências dessa mesma natureza (R\$ 22,97 milhões) e construção de barragens (R\$ 594,11 milhões).

Com o episódio de 2017, o orçamento do Programa foi emergencialmente reforçado. Foram alocados recursos orçamentários da ordem de R\$ 24 milhões, do Tesouro Estadual, que foram empregados em ações de salvamento e resgate, recuperação emergencial de acessos a áreas isoladas, limpeza das cidades e suporte às equipes de assistência. Também foram alocados, por repasse do Governo Federal, R\$ 17,7 milhões, que foram empregados na aquisição de itens para assistência emergencial às populações atingidas.

4.f.1 ¿Se ha tomado en cuenta la perspectiva de género y los principios de Igualdad y No Discriminación en la iniciativa? ¿En que etapa/s del proceso (Diseño, implementación, etc)?:

Tempestades extremas, tsunamis, erupções vulcânicas, terremotos, enchentes e deslizamentos são fenômenos que se repetem e que podem atingir qualquer localidade, população, gênero e classe social. Não faz sentido pautar uma Política de combate a esses desastres naturais em uma perspectiva de gênero. Contudo, o Programa teve a preocupação de, no que fosse pertinente, encaminhar a questão do gênero de maneira responsável.

Na etapa de restauração das condições de habitabilidade das regiões atingidas, foram construídas e distribuídas 12 mil casas, em 18 municípios, à população que teve suas moradias parcial ou totalmente destruídas com as cheias em 2010. Para ter acesso às moradias, as famílias foram cadastradas pelas Prefeituras e pelo Governo do Estado, e identificadas preliminarmente através do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pela Caixa Econômica Federal – CEF, que concede a participação dos cidadãos a diversos projetos sociais oferecidos pelo Governo Federal às famílias de baixa renda. Esse identificador sempre é cadastrado na CEF pelo nome do Responsável pela Unidade Familiar, que deve ser, preferencialmente, mulher.

Para validar o cadastro de famílias que teriam acesso a novas moradias, o cadastro realizado no escopo do Programa foi compatibilizado com os cadastros da CEF, possibilitando que as casas fossem distribuídas preferencialmente para as mulheres, vistas, nessa perspectiva de gênero, como o Responsável pela Unidade Familiar. Esse procedimento passou a constar no Manual da Operação Reconstrução.

Com a nova ocorrência em maio de 2017, a mesma linha está sendo seguida. No escopo da Operação Prontidão, foi iniciada em julho a etapa de cadastramento, pelas Prefeituras e pelo Governo do Estado, das famílias que tiveram casas parcial ou totalmente destruídas pelas enchentes. Da mesma forma, essas famílias estão sendo cadastradas preferencialmente em nome da mulher responsável pelo núcleo familiar.

4.f.2 ¿Se ha mantenido algún tipo de coordinación con el Mecanismo Nacional para el Avance de la Mujer de su país, en el esfuerzo para avanzar en un enfoque de igualdad de género y de derechos en la iniciativa?:

Desastres naturais deixam vítimas de todos os gêneros e classes sociais. O Programa, por sua natureza, não é pautado na perspectiva de gênero. No entanto, a parceria existente entre a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, no nível federal, e a Secretaria Estadual da Mulher, permitiu que as ações elencadas no Manual da Operação Reconstrução fossem realizadas em consonância com o “Plano Nacional de Política para as Mulheres 2008-2011”, especialmente no que tange à promoção do direito das mulheres à vida com qualidade no meio rural, com acesso das mulheres à moradia digna, construída em local apropriado, saudável e seguro. Dentro do referido contexto, o Estado cadastrou e distribuiu casas aos atingidos pelas enchentes, de forma preferencial, nominalmente às mulheres, vistas como responsáveis pelo núcleo familiar.

Como estratégia focada no protagonismo das mulheres, desde 2007, Pernambuco operacionaliza o Programa Chapéu de Palha Mulher, concretizando ações para inclusão produtiva da mulher e políticas de empoderamento, através de fornecimento de capacitações nos temas de Cidadania, Políticas Públicas, Empreendedorismo e cursos Profissionalizantes. No escopo do Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas, a partir de 2010, o Programa Chapéu de Palha foi utilizado para dar uma nova perspectiva econômica às famílias que tiveram perdas em função das enchentes. Assim, desde 2010, e até 2017, mais de 16 mil mulheres foram contempladas com atividades do Chapéu de Palha nas cidades da Mata Sul atingidas pelas cheias.

Em 2017, essa política foi novamente implantada. Concluídas as etapas de salvamento e resgate e de ações emergenciais de assistência social, iniciaram-se as ações específicas voltadas para a mulher, dentre elas as capacitações nos temas Formação Sociopolítica e Artesanato. As primeiras turmas

iniciaram em julho, em 7 cidades localizadas na região da Mata Sul atingidas pelas enchentes, já tendo sido atendidas 390 mulheres.

4.f.3 ¿Cuenta la experiencia con estrategias explícitas/institucionalizadas de acción afirmativa o discriminación positiva con las y los beneficiarios atendiendo las diferencias basadas en género u otras variables (personas con distintas capacidades, nivel socioeconómico, etc) (Por ejemplo: servicios diferenciados, horarios especiales para madres o padres de familia, poblaciones alejadas, entre otros)

Enchentes causam vários tipos de danos, com vítimas de todos os gêneros e classes sociais. Pautar uma política de combate a esses desastres em uma perspectiva de condição social não faria sentido. Contudo, a atenção do Estado focou primordialmente as famílias com menos recursos. Em 2010, as famílias desabrigadas ou desalojadas que foram cadastradas pelo Estado, e também estavam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, passaram a receber o auxílio moradia, enquanto o Estado construía novas casas em terrenos não alagadiços. O CadÚnico foi utilizado de forma preliminar, com o objetivo de identificar as famílias de baixa renda a serem beneficiadas, evitando que famílias de melhor poder aquisitivo recebessem casas no lugar de pessoas que realmente necessitassem. Nesse período foi pago pelo Estado o auxílio reconstrução, destinado àquelas famílias cadastradas que tinham pelo menos um integrante trabalhando na Operação Reconstrução.

Em seguida, quando da etapa de restauração das condições de habitabilidade das regiões atingidas, o governo do Estado distribuiu 12 mil casas, em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Para a efetiva entrega das casas, foram adotados, nessa ordem, os seguintes critérios: famílias chefiadas por mulher, pessoas com deficiências físicas, idosos e demais cadastrados.

Em 2017, com as novas chuvas e a utilização do Manual da Operação Reconstrução, a etapa de recuperação da infraestrutura e cadastramento da população afetada teve início em julho, contemplando inicialmente cerca de 6600 famílias, cujas residências foram parcial ou totalmente destruídas. Assim como em 2010, o cadastramento se concentra na população mais pobre. Como cuidado adicional, e visando evitar que pessoas que receberam casas em 2010 se cadastrem novamente, as bases de cadastramento de 2010 e 2017 estão sendo compatibilizadas, de maneira a oportunizar apenas aos que mais necessitam o reestabelecimento de sua moradia.

4.f.4 ¿Cuántos hombres y cuántas mujeres trabajan en la iniciativa?¿Qué porcentaje de hombres y mujeres ocupan cargos directivos en la iniciativa?¿Existe algún tipo de selección y contratación específica o medida de acción afirmativa, como cuotas? De ser el caso, señale cifras, por favor:

Com o desastre natural de 2010, 1.512 pessoas do Poder Executivo Estadual foram diretamente mobilizadas para as ações constantes do Manual da Operação Reconstrução, não tendo sido adotada política de reserva de quotas para homens ou mulheres que trabalharam na operacionalização das ações. Contudo, no grupamento do Corpo de Bombeiros envolvido nas ações de salvamento e resgate, nas equipes da Defesa Civil, nas equipes que constituíram o Gabinete de Gerenciamento de Crises e nos Escritórios de Gestão Local foram alocadas mulheres, que trabalharam em todos os níveis hierárquicos.

Não há, como premissa do Programa, nenhuma recomendação, como ação afirmativa, de adoção de mecanismo específico de seleção e contratação de profissionais, tal como quotas para mulheres, para atendimento a emergências climáticas. Toda a força de trabalho mobilizada pelo Estado de Pernambuco nesse Programa é própria, sendo composta por servidores públicos ou ocupantes de cargos comissionados. Para a contratação de ambos os profissionais é observada a legislação brasileira, que nesses casos preconiza o princípio constitucional da isonomia, não definindo quotas para gênero.

4.g.1 ¿Existe un espacio institucionalizado y permanente que promueva la participación ciudadana? Por favor, explique:

Como parte integrante da estratégia do Programa, especificamente nos Eixos Estruturação do apoio da sociedade civil e Estruturação da assistência social, respectivamente, a participação cidadã tem sido buscada de diversas maneiras. Durante os sete anos instituíram-se espaços contínuos de interação física e digital, sejam para doações, proposições e até trabalhos in loco.

Em 2010, 4.090 voluntários envolveram-se no Programa, tendo prestado serviços em 10 municípios. Dessas, 3.008 pessoas inscreveram-se para ajudar na reconstrução das cidades e na assistência aos abrigos, e 30 psiquiatras realizaram trabalho voluntário visando dar suporte psicológico e ajudar a restabelecer a autoestima da população. Todo trabalho dos voluntários nos municípios foi coordenado pelos Escritórios de Gestão Local.

Para garantir a democratização do acesso à informação e comunicação, foi criado um blog da Operação Reconstrução (<http://operacaoreconstrucao.blogspot.com.br/>) contendo medidas que foram tomadas para atender as populações atingidas. Além disso, o blog indicou canais de

participação cidadã para somar esforços às ações empreendidas pelo poder público. No segundo episódio, em 2017, o voluntariado foi conduzido de acordo com o Manual da Operação Reconstrução, repetindo os fluxos de trabalho que se desenvolveram em 2010. Ademais, a sociedade pôde contribuir por meio dos pontos para coleta de donativos, montados pelo Governo, espalhados em áreas estratégicas do Estado. Instituições públicas de outros estados, como o Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás e empresas privadas de diferentes ramos, como a Coca-Cola e a FEDEX, doaram itens para a população atingida. Além delas, outras instituições realizaram ações de voluntariado, como a Arquidiocese de Recife e Olinda, o Rotary Clube Recife e o Real Hospital Português. Por fim, cabe destacar, em 2017, com o advento de novas tecnologias de comunicação, o importante papel das redes sociais oficiais do governo (Facebook, Instagram e Twitter) no que tange à mobilização da sociedade no combate ao desastre.

4.g.2 ¿Cuál es el nivel de incidencia de la participación ciudadana en la toma de decisiones?:

O Modelo de Gestão em curso no Estado instituiu uma instância de manifestação popular através dos "Seminários Todos por Pernambuco", nos quais a população apresenta ao governo suas principais sugestões de prioridades para a ação pública, de forma temática e regionalizada. Em 2011, logo após a incidência das chuvas, foi realizada uma rodada desses seminários, inclusive na Mata Sul, na cidade de Vitória de Santo Antão, onde a população teve a oportunidade sugerir, para o escopo do Programa para Redução dos Efeitos das Catástrofes Naturais e Enxurradas, um conjunto de ações voltadas para minimizar os impactos em uma eventual nova ocorrência, que se concentraram em três eixos,: recuperação da infraestrutura, construção de habitações e recuperação de estradas. Dentre as 358 manifestações da população recebidas nesse sentido, destacamos as seguintes sugestões, classificadas de acordo com o número de ocorrências: entregas de habitações populares nos municípios (87), recuperação de estradas (71), recuperação das escolas (45), reformas de delegacias (43), construção e recuperação de hospitais (25), perfuração de poços e instalação de cisternas (20), construção de barragens (18), melhoria no acesso e transporte escolar (15), reconstrução e recuperação de pontes (15), revitalização de estradas vicinais (15) e reconstrução de passagens molhadas (4).

A maioria dessas ações foi operacionalizada pelo Estado ao longo do tempo, destacando-se: a construção da barragem Serro Azul, a recuperação de 29 escolas, a duplicação da rodovia BR-101 Sul, a recuperação de 1.323 km de estradas vicinais, as intervenções em 71 pontes e a construção de novos hospitais, tais como o Regional de Palmares e os Municipais de Água Preta, Barreiros, Cortês e Jaqueira, além da entrega de 12 mil casas às famílias que tiveram suas moradias totalmente ou parcialmente danificadas.

4.g.3 Por favor, citar los indicadores cuantitativos de las participaciones ciudadanas realizadas y mencionar los mecanismos empleados en las diferentes etapas de la experiencia innovadora:

No escopo do Programa, o principal indicador de participação popular é o "quantitativo de itens doados pela população e distribuídos pelo Estado como ajuda humanitária". A quantificação dos dados primários necessários para a apuração desse indicador faz parte do trabalho diário de coleta realizado pelos Escritórios de Gestão Local, que agrupam essas informações nos Relatórios Diários, e os transmitem ao Gabinete de Gerenciamento de Crises - GCRISES, que é responsável pela consolidação desses números e cálculo final do indicador.

Para este indicador, foram realizadas medições para o episódio de 2010 e para o de 2017. Os números mensurados indicam que, na ocorrência de 2010, foram doadas 260 mil cestas básicas, 78 mil colchões, 30 mil kits dormitório, 110 mil cobertores, 58 mil kits higiene e limpeza e 4 mil filtros para água. Já no evento de 2017, mensurou-se, até junho, a doação de 25 mil cestas básicas (mais 186,2 toneladas de alimentos avulsos), 24 mil colchões, 18 mil kits dormitório, 15 mil kits de higiene e limpeza (mais 17,3 toneladas de material de higiene e limpeza avulsos), 247 mil litros de água e 118,7 toneladas de roupas.

Além desse indicador, mede-se também o "quantitativo de voluntários envolvidos no Programa". No evento de 2010, esse número somou 4.090 pessoas. Em 2017, já foi contabilizada a participação de 64 instituições privadas e do Terceiro Setor que tiveram colaboradores envolvidos, direta ou indiretamente, no trabalho assistencial aos atingidos pelas enchentes. O número total de voluntários dessas organizações envolvidos no Programa não foi mensurado até a presente data, visto que não foi cessado o fluxo de doações pela sociedade e que continua a assistência a alguns municípios que ainda se encontram em estado de atenção.

ANEXO 1

[ResponseID67111ItemID14250ANEXO N° 1.pdf](#)

ANEXO 2

[ResponseID67111ItemID14251ANEXO N° 2.pdf](#)

ANEXO 3

[ResponseID67111ItemID14252ANEXO N° 3.pdf](#)

DECLARACIÓN DE LOS(AS) PARTICIPANTES Nombre del Representante Legal:

MAURÍCIO SERRA MOREIRA DA CRUZ

Cargo:

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - GOVERNO DE PERNAMBUCO

Teléfono:

+55 81 31823831

E-mail:

mauriciocruz.seplag@gmail.com

Nombre de la persona de contacto:

MAURÍCIO SERRA MOREIRA DA CRUZ

Cargo:

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE GESTÃO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - GOVERNO DE PERNAMBUCO

Teléfono:

+55 81 31823831

E-mail (NOTA: copia del presente formulario será enviada al correo aquí señalado):

mauriciocruz.seplag@gmail.com

He leído y acepto los términos y condiciones descritos anteriormente en relación al Premio Interamericano a la Innovación para la Gestión Pública Efectiva - Edición 2017

Yes